



## Senado aprova campanha nacional de prevenção à Aids

Segue para sanção projeto que cria o Dezembro Vermelho, um evento anual destinado a conscientizar a população sobre os riscos da doença

O Senado aprovou ontem um projeto que institui o Dezembro Vermelho, uma campanha nacional de prevenção à Aids e a outras doenças sexualmente transmissíveis. Durante todo o mês, deverão ser promovidos eventos para alertar a população. O projeto também prevê iluminação de prédios públicos com luz vermelha e campanhas na mídia.

Relatora da proposta, Marta Suplicy frisou a importância de intensificar a prevenção à Aids, que cresce entre os jovens. **3**



Senadores na sessão plenária em que foi aprovada a criação do Dezembro Vermelho: campanha visa reduzir incidência do HIV em todos os segmentos populacionais

Marcos Oliveira/Agência Senado



Carlos Marun, Ataídes Oliveira e Francisco Silva, acompanhado de advogado

### Marcelo Miller e Ângelo Villela favoreceram JBS, diz ex-diretor

O ex-diretor jurídico da JBS, Francisco de Assis e Silva, disse à CPI mista que investiga a empresa que o ex-procurador Marcelo Miller ajudou Joesley Batista a formatar proposta

de delação premiada. Ele afirmou também que o procurador Ângelo Villela recebeu R\$ 50 mil por mês para manter o grupo informado sobre o andamento de operações. **4**



O senador Pedro Chaves e o relator da comissão, deputado Julio Lopes

### Comissão aprova relatório de MP que reduz tributação do petróleo

A comissão mista da MP 795/2017, que reduz a tributação do setor petrolífero, aprovou ontem relatório favorável à medida provisória. A MP busca

incentivar a participação de empresas na exploração do pré-sal. O texto vai agora para os Plenários da Câmara e do Senado. **6**

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Waldemir Barreto/Agência Senado

### Senadores nunca produziram tanto quanto agora, afirma Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que o Senado nunca produziu tanto quanto nos últimos meses. “Temos pauta cheia”, afirmou, acrescentando que o caso envolvendo Aécio Neves não dominou as discussões da Casa. Eunício lembrou que os líderes partidários e presidentes de comissões também vêm tendo protagonismo. **3**



Segundo Eunício, Senado vem trabalhando com a pauta cheia

Jonas Pereira/Agência Senado

### Comissão ouvirá ministro sobre trabalho escravo **5**

### Aécio volta ao Senado e diz que acusação é falsa **3**

### Produtor rural se queixa de exigência burocrática **7**

### Emendas ao Orçamento são aprovadas em comissões

Quatro comissões do Senado aprovaram ontem suas emendas ao projeto do Orçamento de 2018. A Comissão de Constituição e Justiça destinou R\$ 300 milhões a ações de fortalecimento de instituições de segurança pública. A Comissão de Assuntos Sociais decidiu enviar

R\$ 540 milhões à Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação. A Comissão de Desenvolvimento Regional aprovou a aplicação de R\$ 500 milhões em infraestrutura de turismo. A Comissão de Educação, por sua vez, decidiu que o transporte escolar receberá R\$ 200 milhões. **8**



Paulo Rocha (D), relator das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional, conversa com Valadares (E) e Dário

Genaldo Magalhães/Agência Senado

# Ato de mulheres chama a atenção para Outubro Rosa

Representantes de organizações de apoio a mulheres com câncer de mama abraçaram o Congresso Nacional em mobilização por medidas de prevenção e mais qualidade no atendimento da rede pública

O GRAMADO EM frente ao Congresso Nacional foi tomado pela cor rosa num ato de conscientização ontem de manhã. Representantes da ONG Recomeçar e da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama) formaram um “laço humano” em celebração ao Outubro Rosa.

O ato teve parceria com a Procuradoria Especial da Mulher no Senado e a Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer da Câmara dos Deputados. Os participantes também soltaram balões a gás com o objetivo de chamar a atenção e mobilizar os

parlamentares em relação à situação da atenção oncológica e da saúde das mulheres, que precisam de atendimento de qualidade na rede pública.

Para a presidente da ONG Recomeçar, Joana Jeker, a ação simboliza a mobilização popular a favor da prevenção e promoção da saúde da mulher, e é um alerta aos parlamentares sobre a importância de garantia do tratamento nos hospitais públicos.

— Há necessidade do atendimento multidisciplinar ao paciente oncológico no Sistema Único de Saúde. Psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, profissionais que ajudam a mulher a passar

por esse tratamento e a recomendar — afirmou.

Segundo Joana Jeker, há dois projetos de lei na Câmara que podem mudar o cenário do tratamento contra o câncer no país. O PL 3752/2012, que dispõe sobre a oferta pelo SUS do diagnóstico de neoplasia em até 30 dias após a suspeita, e o Registro Compulsório do Câncer (PL 8470/2017 e PL 8478/2017) que cria a notificação obrigatória sobre câncer, e que, na opinião dela irá proporcionar dados fundamentais para a melhoria da gestão de recursos da saúde pública.

A coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, Rita Polli Rebelo, que representou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), também defendeu a aprovação das propostas, que se tornarão instrumentos importantes para o movimento e as mulheres do país.

— Que o Executivo também abrace esta causa, para que os hospitais tenham os seus instrumentos em condições de dar o tratamento para mulher, desde a prevenção, a atenção terapêutica e a reabilitação.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Pinheiro havia se licenciado para ser secretário de Educação da Bahia

## Walter Pinheiro reassume mandato após pedir exoneração do governo da Bahia

Walter Pinheiro (sem partido-BA) reassumiu o mandato na Casa anteontem. O senador havia se licenciado do cargo para assumir a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, de onde

pediu exoneração.

Pinheiro retorna ao Senado para participar de votações de projetos e da elaboração das emendas parlamentares ao Orçamento de 2018, cujo prazo se encerra amanhã.

## Sindicatos do Tocantins agradecem Eunício por promulgação do Funrural

Presidentes de 28 sindicatos rurais do Tocantins acompanhados por Kátia Abreu (PMDB-TO) estiveram ontem com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, para agradecer a promulgação, no mês passado, da Resolução do Senado 15/2017 que trata do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). O texto suspendeu dispositivos da Lei da Seguridade Social relativos à cobrança do Funrural e

acabou com a bitributação do produtor e empregador rural, que estava pagando a contribuição sobre a folha e também sobre o faturamento.

Eunício elogiou a senadora, autora do projeto de resolução (PRS 13/2017) que garantiu a correção da “injustiça” com empregadores rurais que enfrentavam dupla tributação, e lembrou de sua negociação com Temer.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

## Capiberibe critica uso da Força Nacional para retirar indígenas de hidrelétrica

João Capiberibe (PSB-AP) condenou a decisão do governo de usar a Força Nacional para desalojar os índios que ocupam as obras da Hidrelétrica de São Manoel, entre Pará e Mato Grosso. O senador disse que o governo deveria ter dialo-



Jefferson Rudy/Agência Senado

gado para mitigar os impactos provocados pela obra.

— Qualquer tragédia que aconteça nesse despejo, a responsabilidade será de Michel Temer.

Medidas terão que ser tomadas por nós para impedir que índios sejam massacrados.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CRE Lei Orçamentária Anual 2018

9h Análise das emendas Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2018.

### VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Emendas

9h30 Apresentação do plano da relatora, deputada Luizianne Lins, e da pesquisa *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Depois, análise das emendas ao PLOA 2018. Na sequência, análise de requerimentos.

### CCAI Política de defesa

10h Análise da MSG 2/2017, que trata da Política Nacional de Defesa. Depois, emendas ao PLOA 2018 e audiência secreta com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

### CMO Cargueiro da Embraer

10h Audiência sobre o avião KC-390.

### PLENÁRIO Sessão deliberativa

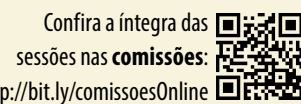
11h Na pauta, acordos internacionais.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Manifestantes no gramado do Congresso: mais atenção à saúde da mulher

## Lei que cria o PIB Verde é sancionada por Temer

O patrimônio ecológico nacional será calculado a partir de agora por meio do chamado PIB Verde (oficialmente “Produto Interno Verde” ou PIV). É o que estabelece a Lei 13.493/2017, sancionada na terça-feira e publicada no *Diário Oficial da União* de ontem, quando entrou em vigor.

O texto tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2015, aprovado pelo Senado no último dia 20.

O PIB Verde será calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que já divulga anualmente o Produto Interno Bruto (PIB). O cálculo do índice levará em consideração iniciativas

nacionais e internacionais semelhantes, para que possa haver comparação com outros países.

A lei estabelece ainda que a metodologia para o cálculo do PIB Verde deverá ser amplamente discutida com a sociedade e as instituições públicas, incluindo o Congresso, antes de ser adotada oficialmente.

### Vetos

Depois de consulta aos ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o presidente Michel Temer vetou, entre os quesitos para a apuração do PIV, o Índice de Riqueza Inclusiva (IRI). O IRI

(conhecido em inglês como Inclusive Wealth Index ou IWR) é elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Entre as razões para o veto, Temer alegou que o IRI é “um índice sintético, caracterizando-se não como uma estatística, mas como um modelo de avaliação estruturado sobre determinado quadro conceitual”, portanto não seria recomendado para fazer parte de estatísticas oficiais. O presidente acrescentou que a adoção do IRI dificultaria o aproveitamento de informações sobre outras iniciativas nacionais e internacionais, e a posterior comparação com índices de outros países.

## Prorrogada MP que autoriza saques do PIS-Pasep

Foi prorrogada por 60 dias a medida provisória que libera o saque de contas do PIS-Pasep para homens a partir de 65 anos e mulheres a partir dos 62 anos de idade. O ato que prorroga a MP 797/2017 foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*.

A medida provisória foi editada em 23 de agosto pelo presidente da República, Michel Temer.

O pagamento começou em outubro deste ano e vai até março de 2018. Antes, os recursos só podiam ser sacados quando a pessoa completasse 70 anos, conforme resolução do Conselho Diretor do Fundo PIS-Pasep.

A MP também revoga um dispositivo da Lei Complementar 26/1975 que assegura aos cotistas com renda até cinco salários mínimos

regionais um depósito anual equivalente ao salário mínimo regional. Segundo o governo, a Constituição proibiu a distribuição dos recursos do fundo nas contas individuais dos participantes.

O texto está sendo avaliado por uma comissão mista presidida pelo senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), tendo como relator o deputado João Campos (PRB-GO).

# Senado aprova campanha de prevenção à Aids

Dezembro Vermelho vai iluminar prédios públicos e promover eventos e campanhas na mídia para alertar população sobre a doença, que está aumentando entre os jovens

O DIA MUNDIAL de Luta Contra a Aids é 1º de dezembro, mas o mês inteiro poderá ser dedicado a atividades direcionadas ao enfrentamento do HIV/Aids e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 60/2017, aprovado ontem pelo Senado. O texto vai à sanção presidencial.

De autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF), a proposta cria o Dezembro Vermelho, movimento dedicado à prevenção, assistência, proteção e promoção dos direitos das pessoas que vivem com o vírus da Aids. O texto prevê a iluminação de prédios públicos com luz vermelha, palestras e atividades educativas, campanhas na mídia e eventos para alertar a



Marta Suplicy, que relatou o projeto, defende reforço no combate ao HIV

população sobre os riscos de contrair essas doenças.

A mobilização em torno do Dezembro Vermelho deverá se apoiar em parcerias entre o poder público, sociedade

civil e organismos internacionais, obedecendo às diretrizes traçadas pelo SUS para enfrentamento da Aids e DSTs.

Relatora da proposta na Comissão de Assuntos Sociais

(CAS), a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) destacou a importância de intensificar as ações de prevenção com o objetivo de reduzir a incidência do HIV em todos os segmentos populacionais e regiões do país.

## Risco para idosos

Atualmente as pessoas mais velhas acham que a Aids é um problema controlado, e os mais jovens não têm tanta informação sobre a doença, disse Marta. Ela citou dados da Secretaria de Saúde de São Paulo sobre aumento dos casos de transmissão de HIV entre idosos, que subiram 60,6% no estado entre 2007 e 2015.

Segundo levantamento do Departamento de DST, Aids e

Hepatites Virais do Ministério da Saúde, a taxa de infectados explodiu entre 2006 e 2015 na faixa de 15 a 19 anos, com variação de 187,5%. Na população de 20 a 24 anos, a alta foi de 108%, e entre 25 e 29 anos, de 21%. Além disso, há uma percepção entre os jovens de que a doença não é um problema.

— É como se o problema não existisse, ninguém morre de Aids. Mas as pessoas não sabem o que é viver com o vírus — lamentou a senadora.

Marta acrescentou ainda que o projeto, ao apostar em campanhas focadas no reforço à prevenção, está em sinergia com a Organização das Nações Unidas, que lançou um novo plano para reduzir em 75% as novas infecções por HIV.

## País terá novo embaixador na República do Suriname

O Senado aprovou ontem a indicação de Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Suriname.

Aguiar Neto é carioca e ingressou na carreira diplomática em 1982. Desde então, desempenhou funções como a de ministro-conselheiro nas embaixadas brasileiras em Londres e em Paris. Também fez parte do Comitê Nacional da Rio+20 e foi coordenador de Relações Internacionais do gabinete da Prefeitura do Rio de Janeiro, de 2013 até 2017.

O diplomata foi sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no final de agosto.

## Aprovada indicação de novo diretor para a Ancine

Foi aprovada ontem pelo Senado a indicação de Christian de Castro para diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Ele havia sido apontado pelo presidente Michel Temer para a vaga decorrente do término do mandato de Manoel Rangel Neto.

Durante sabatina na Comissão de Educação (CE), no dia 10, Castro defendeu a prorrogação da Lei do Audiovisual, que estabelece mecanismos de incentivo fiscal para a produção audiovisual e tem validade até o fim de 2017. Segundo ele, os incentivos têm sido fundamentais para o bom desempenho do setor, que mantém nos últimos anos taxa de crescimento ao redor de 9% ao ano, bem acima de outros segmentos.

## Acatados nomes para composição do Cade

O Senado aprovou ontem a indicação de Alexandre Cordeiro Macedo para o cargo de superintendente-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com mandato de dois anos. Também foi aprovado o nome de Polyanna Ferreira Silva Vilanova para completar o mandato de Macedo, que termina no dia 8 de julho de 2019.

Macedo é graduado em economia e direito, tem mestrado em Constituição e sociedade e é analista de finanças da Controladoria-Geral da União (CGU) e professor. Já Polyanna é graduada em ciência política e direito, com especialização em direito público e direito empresarial.

## Aécio Neves diz que foi vítima de acusações falsas

Ao reassumir o mandato no Senado, ontem, Aécio Neves (PSDB-MG) disse que retorna à Casa com tranquilidade e que provará a sua inocência. O senador, afastado desde o fim de setembro por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que foi vítima de uma “armação”.

— Será no exercício do meu mandato que vou me defender das acusações absurdas e falsas de que tenho sido alvo. Sou vítima de uma armação ardilo-

sa e criminoso perpetrada por empresários inescrupulosos que enriqueceram à custa do dinheiro público e não tiveram qualquer constrangimento em acusar pessoas de bem na busca dos benefícios de uma inaceitável delação, ora suspensa, em razão de parte da verdade estar vindo à tona.

Ele atribuiu a “homens de Estado” que tinham “assento na Procuradoria-Geral da República” a contribuição para “essa trama arditosa”.



Aécio afirma que se defenderá das acusações no exercício do mandato

## Eunício Oliveira afirma que Senado nunca produziu tanto

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que a Casa nunca produziu tanto quanto nos últimos meses, mesmo nos momentos de crise econômica e política. O presidente negou que a questão envolvendo o senador Aécio Neves (PSDB-MG) tenha dominado as discussões no Senado.

— Temos pauta cheia e os dados estatísticos estão à

disposição, é só fazer a comparação com anos anteriores — declarou.

Para Eunício, a única mudança ocorrida na pauta do Senado foi resultado do compromisso que fez quando se candidatou à Presidência da Casa: dividir o protagonismo legislativo com os presidentes de comissões, líderes partidários e membros do Congresso Nacional.

## Regulamentação do Uber será debatida em reunião extraordinária na terça-feira



Relator da proposta em comissão, Pedro Chaves propõe substitutivo

Por decisão do presidente do Senado, Eunício Oliveira, em entendimento com os líderes partidários, o projeto da Câmara dos Deputados que trata da regulamentação dos serviços de transporte que usam aplicativos, como o Uber (PLC 28/2017), deve ser debatido em reunião extraordinária na terça-feira, às 14h, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Caso não haja consenso, o Plenário deve analisar requerimento

de urgência para votação da proposta.

— Todos os senadores vão discutir e creio que se poderá chegar a um entendimento ou, não chegando, eu proponho que se coloque em votação o relatório de Pedro Chaves ou o projeto que veio da Câmara — explicou Eunício.

Pedro Chaves (PSC-MS), relator da proposta na CCT, apresentou um substitutivo ao projeto da Câmara reunindo partes de outras duas

propostas (PLS 530/2015 e PLS 726/2015). Ele declarou que também está preocupado com os taxistas, mas entende que os dois serviços podem coexistir.

Para Kátia Abreu (PMDB-TO) trata-se de uma decisão difícil, pois a aprovação do projeto afetará taxistas e mototaxistas. Ela, entretanto, reconhece a eficiência do Uber e o baixo custo do serviço.

Benedito de Lira (AL), líder do PP no Senado, concordou

com a senadora.

— Acho que todo mundo tem o direito de exercer sua atividade de trabalho. Mas uma coisa é o taxista, que é uma atividade de muitos e muitos anos, tem compromissos fiscais. O Uber não tem compromisso com nada.

Lindbergh Farias (PT-RJ) e João Capiberibe (PSB-AP) querem urgência na votação.

— O Senado precisa tomar uma decisão, seja ela qual for — disse Capiberibe.

# Procuradores ajudaram JBS, afirma ex-diretor

Em depoimento à CPI mista, Francisco de Assis e Silva confirmou denúncias contra Marcelo Miller e Ângelo Villela, ambos suspeitos de terem favorecido a JBS na Procuradoria

O ADOGADO FRANCISCO de Assis e Silva, ex-diretor jurídico da JBS, reforçou ontem, em depoimento à CPI mista que investiga a empresa, as suspeitas sobre as atuações do ex-procurador da República Marcelo Miller e do procurador da República Ângelo Goulart Villela, acusados de beneficiar o grupo empresarial.

Na audiência, que ocorreu em reunião reservada da comissão, Silva afirmou que Miller ajudou na formatação da proposta de delação premiada dos executivos da JBS quando ainda fazia parte da equipe do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot.

— Silva disse que não sabia que Miller ainda era procurador quando foi apresentado a ele no dia 12 de fevereiro pela advogada da JBS Fernanda Tórtima — informou o relator da CPI, deputado Carlos Marun (PMDB-MS).

Miller se desligou oficialmente do Ministério Público apenas em 5 de abril. Na defesa



Ataídes Oliveira, o ex-diretor Francisco de Assis e Silva e os advogados Ticiano Figueiredo e Pedro Ivo Velloso

que entregou ao Supremo Tribunal Federal (STF), ele alega que decidiu deixar o MP em fevereiro, após aceitar proposta de contratação pelo escritório de advocacia Trench, Rossi e Watanabe. De acordo com Miller, o desligamento só ocorreu em abril porque ele ainda tinha férias vencidas a serem usufruídas. O ex-procurador negou ainda ter utilizado nesse período o acesso que tinha a informações privilegiadas para beneficiar os futuros clientes.

Sobre Villela, Silva afirmou que ele recebia R\$ 50 mil men-

sais do ex-advogado da JBS Willer de Souza para manter o grupo informado a respeito do andamento da Operação Greenfield, da Polícia Federal. Em depoimento na terça-feira, Villela negou as acusações.

## Convocação

Antes do depoimento de Francisco de Assis e Silva, Marun informou que apresentaria requerimento para transformar em convocação o convite aprovado pela comissão para que Janot seja ouvido pelos parlamentares. Convite

não obriga o comparecimento do depoente, ao contrário de convocação.

O presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), acrescentou que recebeu outros pedidos para que Janot seja convocado. As solicitações ainda precisam ser votadas pela comissão.

## Cade

A CPI também ouviu ontem Vinícius Marques de Carvalho, ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Ele compareceu à comissão a pedido do senador Ataídes Oliveira, que explicou que o Cade é mencionado na denúncia de corrupção passiva feita pelo Ministério Público contra o presidente da República, Michel Temer.

Carvalho negou ter recebido qualquer quantia para beneficiar empresas enquanto esteve à frente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Ele afirmou ainda que soube pela imprensa de denúncia feita pelo grupo J&F contra a Petrobras.

Conforme o Ministério Público, o grupo JBS teria oferecido propina em troca da aprovação, pelo Cade, de um acordo de fornecimento de gás entre a Petrobras e uma termelétrica do grupo JBS.

Os R\$ 500 mil entregues a Rodrigo Rocha Loures, ex-assessor de Temer, segundo o MP, fariam parte da propina, informação negada pelo presidente da República.

Da Agência Câmara

## CPI do BNDES vai convocar os irmãos Wesley e Joesley Batista

A CPI do BNDES aprovou ontem a convocação dos proprietários da JBS, os irmãos Wesley e Joesley Batista. A data do depoimento, no entanto, ainda não está marcada. A comissão também decidiu que trabalhará em conjunto com a CPI mista da JBS e J&F.

Para o relator da CPI, Roberto Rocha (PSDB-MA), as convocações se justificam porque o grupo teria sido um dos maiores beneficiários de recursos do banco, com mais de R\$ 8 bilhões em empréstimos. Roberto Rocha



Presidente da CPI, Davi Alcolumbre observa o relator, Roberto Rocha

também sugeriu que haja um diálogo permanente da CPI do BNDES com a CPI mista da JBS e J&F.

— Eu acho que isso é em benefício das duas comissões. Claro que são investigações distintas, mas que em deter-

minados pontos se confundem — afirmou.

O presidente da comissão, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que irá marcar uma reunião entre as mesas das duas comissões.

— Esta comissão tem um escopo próprio em relação aos empréstimos concedidos à internacionalização das empresas brasileiras no exterior. Mas, em algum momento, colide com a CPI Mista da JBS, tanto é que temos aqui requerimentos já aprovados de convocação dos proprietários da JBS.

## Prêmio sobre acessibilidade em municípios passa em colegiado

Os dez municípios de maior destaque em medidas governamentais de inclusão, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, receberão anualmente o Diploma Cidade Acessível. É o que institui o Projeto de Lei do Senado (PLS) 89/2017, aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O objetivo da proposta é reconhecer políticas públicas que coloquem o respeito às pessoas com deficiência no centro da ação do setor público.

Pelo texto aprovado, serão premiados os dez municípios mais bem classificados indi-

vidualmente nas categorias: habilitação e reabilitação; saúde e assistência social; educação, cultura, esporte, turismo e lazer; moradia; e transporte e mobilidade.

Cada município, de acordo com a proposta, só poderá ser premiado em uma categoria a cada ano.

O autor do projeto, senador Ciro Nogueira (PP-PI), argumenta que para a construção de uma cultura de inclusão é “necessário divulgar, demonstrar, educar e cultivar os valores da igualdade e do respeito”.

O projeto segue agora para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

## Comissão aprova ozonioterapia e profissão de gerontólogo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou por unanimidade ontem proposta de Valdir Raupp (PMDB-RO) que autoriza a prescrição da ozonioterapia em todo o país (PLS 227/2017). Caso não haja recurso para votação em Plenário, a matéria segue para a Câmara.

A ozonioterapia — aplicação de ozônio e oxigênio com finalidade terapêutica — é um tratamento complementar para doenças inflamatórias, infecciosas e circulatórias e havia sido tema de audiência pública na CAS.

— É um projeto que sem dúvida vai mudar a vida

de muitas pessoas — disse Raupp.

Também foi aprovado em caráter terminativo o PLS 334/2013, de Paulo Paim (PT-RS), que regulamenta a profissão de gerontólogo. O projeto foi aprovado em 2015 pela Comissão de Direitos Humanos e agora segue para a Câmara. O gerontólogo é o profissional responsável pela atenção à saúde e ao bem-estar da pessoa idosa.

A CAS ainda rejeitou o PLS 584/2007, do então senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), para anistiar multas e parcelar débitos previdenciários do empregador que formalizasse o contrato de trabalho dos empregados.

## Não é hora de votar projeto sobre STF, diz Ana Amélia

A senadora Ana Amélia (PP-RS) disse ser favorável à proposta de emenda à Constituição que altera os critérios de escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal, a partir de uma lista tríplice encaminhada ao presidente da República. Mas a senadora defendeu que a PEC 35/2015 seja discutida em outra ocasião.

— O projeto nivela a suprema corte brasileira às cortes internacionais, de democracias muito consolidadas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Para Lasier, Senado prejudica a própria imagem

Lasier Martins (PSD-RS) avaliou ontem — citando o conflito com o STF sobre Aécio Neves — que o Senado tem vivido situações de muito constrangimento, que afetam a imagem da Casa diante da opinião pública e da imprensa brasileira e internacional.

Além disso, afirmou o senador, o Brasil tem recebido severas críticas vindas do exterior. Isso porque o país vive dias contraditórios em todas as instituições, inclusive no Poder Judiciário.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Trabalho escravo: ministro poderá ser ouvido

Comissão de Direitos Humanos aprovou convite para Ronaldo Nogueira explicar novas regras sobre fiscalização. Senadores querem votar projeto que anula portaria do governo

O MINISTRO DO Trabalho, Ronaldo Nogueira, foi convidado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para explicar a portaria do governo que mudou as regras para a fiscalização do trabalho escravo.

A audiência pública está programada para o dia 8 de novembro e atende a um pedido do senador Paulo Paim (PT-RS).

— Precisamos dialogar e quem sabe o ministro decidirá retirar essa portaria — disse Paim.

A medida do governo tem sido alvo de críticas de fiscais do Trabalho, do Ministério Público e de representantes da sociedade civil, além de vários senadores do PT — quatro parlamentares assinaram um projeto de decreto legislativo para anular a portaria governamental (veja abaixo).

Ontem o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) decidiu apresentar pedido de urgência para a votação do projeto que susta a medida do governo. O pedido tem que ser aprovado pelo Plenário do Senado.

## Restrição

A Portaria 1.129/2017 foi publicada no *Diário Oficial da União* na segunda-feira. A norma determina que jornadas extenuantes e condições degradantes só serão consideradas trabalho análogo à escravidão se houver restrição de locomoção do trabalhador.

A portaria também prevê que a “lista suja” de empregadores que usam trabalho escravo será divulgada pelo ministro do Trabalho, e não mais pelo corpo técnico do ministério. O documento determina ainda que a fiscalização só poderá ser feita com a presença de policiais.

## Segurança

O Ministério do Trabalho diz que a nova portaria “aprimora e dá segurança jurídica à atuação do Estado brasileiro”. Antes da portaria, o trabalho, para ser considerado escravo, precisava envolver servidão por dívida, condições degradantes, jornada exaustiva e trabalho forçado.

Segundo os críticos, a nova medida dificulta a fiscalização ao acrescentar à definição de serviço análogo ao escravo critérios como “o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador”, ou “a manutenção de segurança armada com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho em razão de dívida contraída com o empregador”.

Na reunião de ontem da CDH, a presidente da comissão, senadora Regina Sousa (PT-PI), criticou a mudança na legislação feita pelo governo Michel Temer.

— Essa portaria é uma agressão. É liberar o trabalho

escravo, que já existe no Brasil mesmo proibido. Agora a fiscalização só vai valer se houver policial. A polícia não está dando conta nem de outras questões. É uma agressão, um retrocesso — enfatizou a senadora.



Paim é autor do convite para a audiência com o ministro do Trabalho

## Projeto de decreto legislativo quer anular portaria do governo

O projeto de decreto legislativo que prevê a anulação da portaria do governo (PDS 190/2017) afirma que o Código Penal é claro ao determinar que “reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” é crime, punido com pena de reclusão de dois a oito anos, e multa.

A presença de qualquer um dos quatro elementos, segundo a justificativa do projeto, define a escravidão nos dias atuais.

A proposta foi assinada pelos senadores Paulo Rocha (PT-PA), Regina Sousa, Paulo Paim e Lindbergh Farias.

Os autores consideram ainda que uma portaria ministerial não tem poder para alterar uma lei.

## Apelo

Na reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Lindbergh fez um apelo aos senadores pela aprovação da proposta.

— Acho muito importante que haja, por parte dos senadores, acompanhando a sociedade brasileira que se manifesta por meio de várias entidades, a aprovação desse projeto de decreto legislativo — defendeu.



Lindbergh assina pedido para votação com urgência no Plenário

## Regina Sousa faz apelo para que Temer revogue novas regras

Em discurso no Plenário, Regina Sousa considerou uma lástima a portaria que limita a definição de trabalho escravo e restringe a fiscalização do crime. Para ela, alguns sinais já estavam aparecendo, como a falta de dinheiro para fiscalizar trabalho escravo e trabalho infantil no país. Outro sinal foi a demissão recente do responsável pela fiscalização no Ministério do Trabalho.

— É um absurdo tão grande que a gente apela ao presidente que revogue essa portaria até porque ela vai também contra a lei.



Gerardo Mangá/Agência Senado

## Cidinho Santos apoia portaria que mudou definições

Cidinho Santos (PR-MT) elogiou a decisão do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, de editar a portaria que alterou as definições de trabalho escravo. Para o senador, a medida aprimora a segurança jurídica e a atuação do governo, ao dispor sobre os conceitos de trabalho forçado e jornada exaustiva.

— Essa decisão da portaria é louvável. Eu vejo a reclamação que tem aí, principalmente do PT. Mas isso é normal porque o PT, no momento, reclama de tudo, e tudo parece estar errado para eles. Nós precisamos avançar e modernizar o país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Ângela Portela considera decisão do governo retrocesso

Ângela Portela (PT-RR) criticou na tribuna a portaria do Ministério do Trabalho e disse que houve retrocesso no modo pelo qual é incluído o nome de pessoas e empresas na chamada lista suja do trabalho escravo.

— Em audiência pública realizada nesta Casa, o auditor fiscal do trabalho Renato Bignami disse que a portaria do Ministério do Trabalho praticamente inviabiliza o combate ao trabalho escravo no país. Se já temos no Brasil condições de trabalho análogas a de escravo, imaginemos como será com essa portaria.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Humberto pede que auditores não cumpram norma

Humberto Costa (PT-PE) fez um apelo para que os auditores fiscais do trabalho não cumpram a portaria do governo sobre trabalho escravo. Segundo ele, as novas regras atentam contra a dignidade humana e humilham o Brasil internacionalmente.

Para o senador, o Brasil deixa de ser referência na Organização Internacional do Trabalho (OIT) de luta contra a escravidão.

— Não há limites para esse cidadão que ocupa o Palácio do Planalto buscar a sua salvação — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Paim: portaria ajuda Temer a se livrar de denúncia na Câmara

Paulo Paim (PT-RS) disse que o Partido dos Trabalhadores vai entrar com uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a portaria do governo federal que muda as regras de definição do trabalho escravo.

Uma das críticas à medida é que jornadas muito longas e condições degradantes só serão consideradas trabalho escravo se houver restrição de locomoção do trabalhador.

De acordo com o senador, a portaria faria parte de um pacote do presidente Michel Temer para conseguir que a Câmara rejeite a denúncia da PGR pelos crimes de obstrução de justiça e organização criminosa.

## Para Lindbergh, legislação prejudica imagem do país

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou no Plenário que as mudanças na legislação do trabalho escravo seriam uma parcela da conta que o presidente Michel Temer está pagando aos ruralistas que votaram a favor dele na primeira denúncia de corrupção, rejeitada pela Câmara.

O senador propôs que a Casa aprove um decreto sustando a portaria do governo e disse que o caso pode prejudicar a imagem do país no exterior.

— Acho que vai acontecer algo parecido com a Renca, onde o governo queria abrir aquela reserva na Amazônia para mineradores e houve um levante, uma pressão internacional gigantesca.

# Novas alíquotas para mineração geram divergências em colegiado

Parlamentares devem avaliar na semana que vem relatório sobre medida provisória que altera royalties da exploração de minérios

A COMISSÃO MISTA da medida provisória que altera os royalties da mineração deve analisar na quarta-feira o projeto de lei de conversão apresentado à proposta (MP 789/2017). O texto define novas alíquotas para a incidência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem).

Ontem foi concedida vista coletiva ao relatório apresentado pelo deputado Marcus Pestana (PSDB-MG). O texto define alíquotas entre 0,2% (para minerais como ouro e diamante extraídos sob o regime de permissão de lavra garimpeira); 1% para rochas e areias, entre outros; 2% para ouro, diamante e outras substâncias minerais; 3% para bauxita, manganês, nióbio e sal-gema; e 4% para o ferro.

O texto estabelece que um decreto presidencial definirá critérios para que a entidade reguladora do setor possa reduzir a alíquota do ferro de 4% para até 2%. A medida será adotada para não prejudicar a viabilidade econômica de pequenas minas que explorem jazidas de baixo teor de ferro.

No relatório, Pestana manteve o faturamento bruto



O presidente da comissão, senador Paulo Rocha, com o relator, Marcus Pestana, e a deputada Geovania de Sá

como base de cálculo da contribuição. Na distribuição da Cfem, 7% irão para a entidade reguladora do setor, 2,8% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 0,2% para o Ibama, 20% para os estados produtores, 60% para os municípios produtores e 10% para os municípios afetados pela atividade da mineração.

Desde a publicação da Lei 7.990/1989 e de seu regulamento, tem havido judicialização em torno da base de cálculo da Cfem, em face de divergências no entendimento do que seria faturamento líquido. A MP tem por objetivo pacificar o entendimento sobre o tema.

Pestana disse que considerou a segurança jurídica e a viabilidade política a fim de “clarear áreas sombrias do texto”.

— Ainda que reconhecendo que a base de cálculo não é ideal, o ideal seria por jazida e por mina, foi mantido o conceito que veio na MP. Nas alíquotas, chegou-se a uma calibragem justa — disse, ressaltando que houve redução da taxa para minérios agregados à construção civil, agronegócio e turismo.

## “Paulada”

Crítico da MP, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) reiterou que a mineração gera US\$ 25 bilhões por ano, 33% da balança comercial e mais de 2

milhões de empregos no Brasil.

— A alíquota de 4% vai destruir os pequenos e inviabilizar o projeto de mineração da Bahia, que defendo. A MP já era uma paulada na cabeça do setor, um aumento de 60% na arrecadação. O relator resolveu dar um pouquinho mais. A MP dá dinheiro para estados e municípios e gera o desemprego.

Em resposta, Pestana disse que a MP foi debatida em quatro audiências públicas (em Brasília, Belo Horizonte e Belém), com participação de empresários, mineradores, garimpeiros e especialistas. Ele também disse que acatou parcialmente a maioria das emendas apresentadas.

## Adiada votação do relatório sobre MP que aumenta prazo da pesquisa mineral

Ficou para terça-feira, às 15h, a votação do relatório de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sobre a MP 790/2017, que altera o Marco Legal da Mineração. Ontem, após a leitura do texto, foi concedida vista coletiva aos integrantes da comissão mista. No total, foram apresentadas 250 emendas, sendo que 59 foram acolhidas total ou parcialmente pelo relator.

A MP 790 altera a Lei 6.567/1978 e o Código de Mineração (Decreto-Lei 227/1967) em diversos pontos. A maioria deles se refere às normas para a pesquisa no setor, como a execução dos trabalhos para definir a jazida, sua avaliação e seu aproveitamento econômico. Ela disciplina obrigações, concessões de trechos, multas e outras sanções, bem como desonerações e regras para o relatório final da pesquisa.

Uma das principais mudanças é a ampliação do prazo para realizar a pesquisa mineral, que será de dois a quatro anos. Hoje é de um a três anos. Para o governo, as mudanças atualizam o código, reduzem a burocracia e estimulam a atividade de exploração mineral.

Com Agência Câmara

## Relatório da MP que cria Agência Nacional de Mineração será votado na terça-feira

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 791/2017 reúne-se na terça-feira para votar o relatório do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG). A MP cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) para substituir o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Quintão apresentou o relatório ontem. De acordo com a MP, a agência vai executar a política nacional para a mineração, fiscalizar a atividade, definir normas para o aproveitamento dos recursos e arrecadar tributos. Também será responsável pela outorga da exploração mineral e pela mediação de conflitos no setor.

O relator acolheu parcialmente 25

emendas. A maior parte sugere mudanças na Taxa de Gestão de Recursos Minerais (TGRM), que deve ser paga pelas empresas de mineração todos os anos. Quintão criou faixas para a cobrança do tributo, de acordo com o tamanho da propriedade e do faturamento. A tabela vai de R\$ 600 a R\$ 2,8 milhões.

A agência também vai poder, segundo o relator, regularizar garimpeiros que atualmente atuam na ilegalidade.

— Estamos valorizando os pequenos e micros mineradores do Norte do país, os garimpeiros. Hoje eles têm que trabalhar ilegalmente porque o detentor do direito minerário não permite que o pequeno faça o garimpo superficial. Por que não legalizar? — indagou Quintão.

## Comissão aprova relatório favorável à MP que reduz tributação do setor petrolífero

A comissão mista da Medida Provisória (MP) 795/2017 encerrou seus trabalhos ontem com a aprovação do relatório favorável do deputado Julio Lopes (PP-RJ), que acolheu 8 das 46 emendas apresentadas por deputados e senadores. A MP segue agora para votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP 795 foi editada em agosto para estimular a participação de empresas nas licitações de blocos das camadas pré-sal e pós-sal deste ano. Somente para 2018, a previsão de renúncia de receita, decorrente dos incentivos fiscais, é de cerca de R\$ 16,4 bilhões.

A intenção do governo é aprovar a MP até o dia 27 deste mês, quando será feita

a segunda rodada de leilões de áreas do pré-sal e pós-sal. Paralelamente à MP, foi publicado o Decreto 9.128/2017 que prorroga, de 2020 para 2040, o prazo de vigência do Repetro, o regime aduaneiro especial de exportação e importação que concede suspensão de tributos federais para equipamentos usados em pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e de gás natural.

A MP 795 altera diversos pontos da legislação tributária, mas o relator apresentou complementação de voto para retirar a indústria naval da proposta. Lopes afirmou ainda que a MP foi editada para reestruturar o setor e dar mais competitividade internacional às reservas de petróleo e gás do país.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:**  
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,  
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Produtores rurais reclamam da burocracia

Reunidos na Comissão de Meio Ambiente para discutir a implantação do Cadastro Ambiental Rural, eles pediram ajuda aos senadores para melhorar as regras do sistema

REPRESENTANTES DOS PRODUTORES rurais afirmaram ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA) que o setor tem buscado formas de gestão ambiental, porém tem sofrido com a burocracia para regularização dos processos. A audiência discutiu a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Lucélia Avi, da Federação de Agricultura de Mato Grosso, reclamou da insegurança jurídica a que são submetidos os produtores rurais.

— Os produtores têm feito a sua parte, têm investido em tecnologia e produzido mais em um espaço menor. Os dados oficiais mostram isso. Onde nós não conseguimos avançar é na parte documental. Muitos não possuem um documento atestando a regularização ambiental — explicou.

Ex-superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Mato Grosso, Lutero Siqueira lembrou que em seu estado 70% dos assentados ainda não possuem o título de propriedade e que seria um “um verdadeiro castigo” implementar lá o Cadastro Ambiental Rural.

Questionada pelo vice-presidente da CMA, Wellington Fagundes (PR-MT), Lucélia disse que os pequenos produtores não têm renda suficiente



Wellington Fagundes (C) preside a audiência sobre o Cadastro Ambiental Rural com representantes dos produtores rurais e do governo federal

para fazer o cadastramento.

Para ela, embora o cadastro seja essencial aos estados e também ao setor produtivo, devido ao diagnóstico que faz das propriedades, de seus ativos econômicos e eventuais passivos ambientais, ele precisa melhorar. Lucélia pediu que o Senado regulamente artigo do Código Florestal que anistia multas e sanções de propriedades abertas sem autorização do órgão ambiental. Ela esclareceu que o artigo suaviza a excessiva burocracia que tornava “muito lentas” as autorizações de desmate até um passado recente.

— Não estou defendendo quem fez ilegalmente, mas no Mato Grosso era quase impossível a gente finalizar o processo e ter esse documento. Essas propriedades todas cumprem a lei,

têm reserva legal e áreas de proteção permanente — esclareceu a produtora, acrescentando que sem a regulamentação, dezenas de milhares de pequenos proprietários terão o cadastro, porém estarão submetidos às multas e embargos.

Ela e outros participantes pediram ainda a regulamentação dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), também prevista no Código Florestal.

## Descrédito

Marlene Lima, da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso, também reiterou que o sentimento dos pequenos produtores hoje em relação ao CAR é de descrédito.

O diretor de Cadastro no Ministério

do Meio Ambiente, Carlos Sturm, reconheceu que a implantação do CAR vem se dando de forma irregular entre os estados, mas informou que já foram cadastrados mais de 413 milhões de hectares de mais de quatro milhões de imóveis.

Sobre críticas de internautas, de que há sobreposição entre propriedades e legalização de grilagens, Sturm disse que o cadastro apenas mostra os problemas do modelo fundiário brasileiro.

— É importante esclarecer que este cadastro não legaliza terra grilada, essa é uma confusão comum. Quanto à sobreposição, infelizmente esse é um país onde muita gente ainda não regularizou suas posses, existem conflitos e o CAR também apenas joga mais luz sobre esta questão.



Telmário Mota preside subcomissão que elabora proposta de estatuto

## Subcomissão do Estatuto do Trabalho faz audiência hoje

A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH), faz uma audiência pública hoje, às 14h, para discutir a elaboração do estatuto.

Instalada em agosto, a subcomissão tem o objetivo de analisar a reforma trabalhista aprovada neste ano e elaborar uma proposta de Estatuto do Trabalho. O colegiado é presidido pelo senador Telmário Mota (PTB-RR).

Foram convidados para o debate representantes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho, vinculado à

Unicamp.

Também vão participar representantes da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho.

## Atuação de crianças

Na segunda-feira, a subcomissão fez uma audiência pública em que ouviu a vice-presidente da Anamatra, Noemia Garcia. Ela afirmou que a entidade está preocupada com a regulamentação da atuação de crianças e adolescentes na atividade artística.

Noemia sugeriu ao senador Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da subcomissão, que inclua o tema na proposta de estatuto que será elaborada pelos senadores.

## Espírito Santo pode ganhar área de livre comércio

O Espírito Santo está mais perto de ganhar uma área de livre comércio com incentivos fiscais especiais (zona franca). Foi aprovado ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) um projeto de lei sobre o assunto (PLS 90/2017), da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES).

O texto propõe a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) para produtos nacionais ou nacionalizados para a pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal, agropecuária e piscicultura e ainda estocagem para comercialização no mercado externo

que entrem pela Zona Franca.

Estão excluídos da isenção: armas e munições, veículos de passageiros (exceto ambulâncias, carros funerários, carros celulares e jipes), bebidas alcoólicas, fumo e derivados.

Na justificativa da proposta, Rose de Freitas lembrou o sucesso econômico e os benefícios que a Zona Franca de Manaus trouxe para os moradores da região.

## Valor agregado

O texto foi relatado por Eduardo Lopes (PRB-RJ).

— A criação de uma zona franca no Espírito Santo, nos moldes da Zona Franca de Manaus, contribuiria para a maior diversificação do setor

produtivo estadual e para a inserção de forma mais competitiva nos mercados interno e externo, pois a economia capixaba, apesar da recente expansão do setor extrativo mineral, ainda carece de maiores investimentos em segmentos de alta tecnologia para a produção de bens de maior valor agregado.

Lídice da Mata (PSB-BA) cogitou pedir vista do projeto, mas, considerando que a proposta vai ainda para duas comissões, votou a favor.

— Eu tenho uma proposta de facilitação das Zonas de Processamento de Exportação no Brasil [PL 5957/2013, na Câmara] e faremos essa discussão nas próximas comissões.

## Comissão aprova desapropriar terreno para integrar a BR-101

Foi aprovado ontem o relatório da comissão mista sobre a medida provisória que autoriza a desapropriação de um imóvel no Espírito Santo. O terreno é necessário à duplicação de trecho da BR-101, na altura do município de João Neiva. O texto, agora, segue para os Plenários da Câmara e do Senado.

O imóvel desapropriado pela MP 787/2017 pertencente ao município capixaba, será declarado de utilidade pública e passará para o domínio da União. De acordo com a MP, o terreno integrará a faixa de domínio da rodovia, que foi concedida para a concessionária de rodovias Eco101 Concessionária de Rodovias. A concessionária deverá cobrir, com recursos próprios, os custos decorrentes da medida. A Eco101 administra 476 quilômetros da BR-101.

## Forró pode ser considerado Patrimônio Imaterial do Brasil

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) decidiu ontem debater em audiência pública formas para preservar a cultura do forró, que inclui o registro do ritmo musical como patrimônio imaterial do Brasil. A audiência se dará durante o Encontro Nacional de Forrozeiros, no dia 20 de novembro, em João Pessoa.

A presidente da CDR, Fátima Bezerra (PT-RN), lembrou que a Unesco já concedeu o título de Patrimônio Imaterial da Humanidade ao frevo pernambucano.

— Assim como, merecidamente, já foi feito com o frevo, nós queremos que a mesma coisa seja feita com o forró.

Elmano Férrer (PMDB-PI) e Regina Sousa (PT-PI) também defenderam o debate.

# Comissões aprovam emendas ao Orçamento

A maior parte dos recursos aprovados foram para segurança pública, saúde, turismo e educação. Emendas ainda precisam passar pela CMO

QUATRO COMISSÕES APROVARAM ontem emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2018. As propostas seguem agora para análise na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foram aprovadas quatro emendas. No valor global de R\$ 825 milhões, todas elas são destinadas ao Ministério da Justiça e à segurança pública.

Uma das emendas, no valor de R\$ 300 milhões, tem o objetivo de reforçar a ação Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública. O mesmo valor está sendo indicado para a ação Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal.

O relator, Valdir Raupp



Dário Berger, relator das propostas de emendas na Comissão de Educação, conversa com a senadora Lúcia Vânia

(PMDB-RO), salientou que, para selecionar as quatro emendas, levou em conta critérios de alcance social e, ao mesmo tempo, a frequência das sugestões na lista apresentada pelos senadores.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou cinco emendas. O relator, Dalírio

Beber (PSDB-SC), também adotou como critério o número de indicações pelos senadores. Quatro emendas destinam-se ao Fundo Nacional de Saúde: R\$ 540 milhões à assistência médica qualificada e gratuita e a atividades educacionais e de pesquisa em saúde na Rede Sarah de Hospitais de Reabili-

tação; R\$ 360 milhões à estruturação de unidades de atenção especializada em saúde; R\$ 215 milhões à estruturação da rede de atenção básica à saúde; e R\$ 200 milhões à aquisição de medicamentos para o tratamento de doenças raras.

Na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

(CDR), foram aprovadas quatro emendas, num total de R\$ 1,56 bilhão. O relator, Paulo Rocha (PT-PA), priorizou propostas que atendem o objetivo de reduzir assimetrias inter-regionais. Entre as emendas aprovadas, a de maior valor destina R\$ 500 milhões para a ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou quatro emendas no valor total de R\$ 830 milhões. Segundo o relator, Dário Berger (PMDB-SC), os recursos foram distribuídos como tem sido feito na comissão: duas emendas para a área de educação, uma para a cultura e a outra para o esporte.

Na educação, são R\$ 200 milhões para transporte escolar e R\$ 280 milhões para os institutos federais. Na cultura, os R\$ 150 milhões são para a implantação e modernização de espaços culturais. Para o esporte, foram aprovados R\$ 200 milhões.

## Indicação de Breno Medeiros para o TST segue para o Plenário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por unanimidade a indicação do desembargador Breno Medeiros (MSF 62/2017) para o Tribunal Superior do Trabalho (TST). A votação foi realizada na manhã de ontem, e a mensagem seguiu para avaliação do Plenário.

A situação do trabalho escravo no Brasil foi um dos principais temas abordados durante a sabatina. O magistrado defendeu uma regulamentação urgente por parte do Congresso que possa balizar a atuação do Poder Judiciário.

Ele lembrou que o artigo 149 do Código Penal, que trata do assunto, descreve quatro situações que podem dar margem a interpretações subjetivas.

— O país carece dessa re-

gulamentação. O texto fala em trabalho forçado, jornada exaustiva, condição degradante e restrição de locomoção. O que é, por exemplo, degradante? Cabe ao Parlamento se ma-

nifestar sobre isso — opinou.

Sobre a portaria do Ministério do Trabalho que modifica o conceito de trabalho escravo e traz novas regras sobre a publicação da Lista Suja, o sabatinado disse não poder se manifestar pelo fato de o texto já ter sido alvo de questionamentos judiciais.

Sobre a prevalência do negociado sobre o legislado, incluída na reforma trabalhista, o magistrado disse que em algumas situações pontuais, a negociação pode ajudar empregados e empregadores.

Ele deu o exemplo de um

hospital em Goiânia que tinha dificuldade em encontrar profissionais dispostos a trabalhar fora da escala de 12 x 36 horas (12 de trabalho e 36 de folga).

— Os trabalhadores não queriam outro tipo de jornada, e a lei não amparava a direção da instituição para que pudesse negociar. — afirmou.

Medeiros é curitibano e formou-se na Universidade Federal do Paraná. Ingressou na carreira jurídica como promotor de Justiça, foi juiz do Trabalho e é desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (Goiás).



Breno Medeiros fala em sabatina comandada pelo senador Edison Lobão

### Lídice condena ideia de privatizar bancos públicos, como a Caixa

Lídice da Mata (PSB-BA) considera que os planos de privatização representam ameaça ao patrimônio nacional e preocupação crescente para os brasileiros. Ela avaliou que a proposta de venda de parte dos bancos públicos não tem “razoabilidade”. A senadora destacou o caráter social da Caixa Econômica Federal e ressaltou que ela é lucrativa e funciona como “cofre seguro” dos mais pobres. Sobre a escolha de Júlio Delgado (MG) como líder do PSB na Câmara, disse que é uma resistência do partido às “manobras” do governo para derrubar a segunda denúncia contra Temer.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Marta Suplicy lamenta dados de estudo sobre evasão escolar

Em pronunciamento no Plenário, a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) citou dados do estudo *Políticas Públicas para Redução do Abandono e Evasão Escolar de Jovens*. Segundo ela, de 10,3 milhões de jovens entre 15 e 17 anos no Brasil, somente 8,8 milhões se matricularam em alguma escola no início do ano letivo.

A senadora afirmou que é necessário investir de forma correta em educação, pois, se o ritmo atual for mantido, o país somente atingirá as metas do Plano Nacional de Educação daqui a duzentos anos.

De acordo com Marta, o Brasil precisa investir em bons salários e na formação dos professores.

### José Agripino diz que Minha Casa, Minha Vida não vai acabar

O Minha Casa, Minha Vida não vai acabar. A informação é de José Agripino (DEM-RN). Ele contou que se reuniu com a direção da Caixa e recebeu a informação que o banco vai manter o programa.

O senador explicou que a Caixa está trabalhando para que um título no valor de 10 bilhões de reais, com recursos do FGTS, seja aprovado pelo Conselho Curador.

— Faço esse pronunciamento para tranquilizar quem vive da construção do Minha Casa, Minha Vida e quem deseja uma casa do Minha Casa, Minha Vida e está diante do noticiário recente.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Telmário Mota registra passagem do Dia do Médico, ontem

Em discurso no Plenário do Senado, Telmário Mota (PTB-RR) registrou o Dia do Médico, que foi celebrado ontem. O senador lembrou que a data foi escolhida por ser consagrada a São Lucas, evangelista, padroeiro dos médicos, cirurgiões e artistas, nascido em Antioquia da Síria, no século I.

O senador disse que o santo fazia caridade, atendendo os desvalidos e doentes da época. Ele destacou que o juramento de Hipócrates, praticado por todos os médicos nas suas formaturas, tem inspiração na medicina de São Lucas.

Ao homenagear esses profissionais, Telmário lembrou que sua esposa, Suzete, é ginecologista.

### Fátima Bezerra relata canonização de mártires potiguaras

No domingo, Fátima Bezerra (PT-RN) esteve no Vaticano em missão oficial para participar da canonização de 30 mártires potiguaras massacrados por holandeses em 1645, sendo 25 homens e 5 mulheres.

Segundo ela, no encontro o papa Francisco manifestou preocupação com a Amazônia. Por isso, ele quer discutir o assunto com outros integrantes da Igreja Católica do Brasil e da América Latina.

— Já tem data, inclusive, prevista. O encontro será em outubro de 2019, lá no Vaticano. Essa iniciativa do papa Francisco vem na direção de alertar o mundo.



Jefferson Rudy/Agência Senado